



## **A INCLUSÃO SOB OS OLHARES DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA**

Maria José Chaves

*Graduanda em Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA – [chaves.maria@live.com](mailto:chaves.maria@live.com)*

Calebe Lucas Feitosa Campelo

*Graduando em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri – URCA - [campelocalebe@gmail.com](mailto:campelocalebe@gmail.com)*

Martha Milene Fontenelle Carvalho

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; [marthainclusão@hotmail.com](mailto:marthainclusão@hotmail.com)*

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo abordar e compreender a percepção que os estudantes da Universidade Regional do Cariri - URCA tem acerca do que é inclusão durante o seu percurso social e acadêmico. Nesta perspectiva, tomamos como pressupostos questões fundamentais como: o papel que a universidade tem na formação dos estudantes de licenciaturas e demais cursos a respeito da temática; o que dizem as políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; o que é o Núcleo de Acessibilidade da URCA, e, se os projetos ofertados pelo mesmo são claros e contemplam à toda comunidade acadêmica. Os resultados demonstraram que a inclusão é na atualidade um tema de fundamental importância e, nesta ótica, o estudo possibilitou aos estudantes perceber que um grande diferencial foi a percepção dos mesmos em relação à falta de disciplinas com ênfase em Educação Especial nas grades curriculares da maioria das licenciaturas. Nesse sentido, podemos afirmar que o papel da Universidade Regional do Cariri – URCA, a partir da implementação do seu Núcleo de Acessibilidade deve fazer valer o direito dos alunos egressos nesta IES, promovendo assim uma verdadeira inclusão através das políticas públicas e de ações inclusivas. Por fim, nosso objetivo foi contribuir nesta luta que não é nossa, mas é de todos que reconhecem que muito ainda há por se fazer para uma efetiva inclusão, seja no âmbito do ensino básico, seja na academia.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Educação Superior, Formação de Professores.

### **Introdução**

O presente estudo tem como objetivo abordar e compreender a percepção que os estudantes da Universidade Regional do Cariri - URCA tem acerca da relevância do conhecimento associado à inclusão durante o seu percurso social e acadêmico. Nesta perspectiva, aborda questões fundamentais como: histórica e reflexões no processo histórico da educação inclusiva envolta de política pública; o papel que a Universidade tem na formação dos estudantes de licenciaturas nessa temática inclusiva; apresentação do Núcleo de Acessibilidade da URCA, respectivos projetos e sua visibilidade entre discentes.

Entendemos que a temática principal, inclusão, representa ainda um desafio a ser apropriado em todas as modalidades, da educação infantil ao ensino superior, seja em instituições das redes públicas ou privadas. No entanto, muito pouco se fala ou registra sobre inclusão no ensino superior. Neste sentido,

[...] verificam-se os inegáveis avanços no processo de consolidação do direito à educação das pessoas com deficiência no Brasil, em decorrência da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Igualmente, é irrefutável a existência de grandes desafios na concretização dos direitos de todos à educação, que, historicamente constituiu-se em privilégio de poucos. (BRASIL, 2015, p. 175)

Assim, a ideia de desenvolver esta pesquisa deu-se através da nossa atual vivência, enquanto discentes da presente universidade e também bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Regional do Cariri. O estudo justifica-se, pela relevância da referida universidade ofertar cursos de licenciaturas, e pela especificidade de ser uma universidade de caráter regional, atendendo assim grande parte da região do Cariri cearense, pernambucano e paraibano, totalizando assim 11 mil alunos, divididos em 17 (dezesete) cursos de graduação, sendo 7(sete) destes de licenciaturas.

Com base nessas premissas iniciais, nossa expectativa é que a pesquisa realizada com estudantes da Universidade Regional do Cariri (URCA) venha contribuir para reflexão do conhecimento sobre inclusão e também frente ao Núcleo de Acessibilidade da URCA, como centro de atendimento inclusivo da referida Universidade. E ainda, contribuir com a produção científica acerca da temática ainda tão complexa a futuros educadores, possibilitando-os a reflexão de suas práticas como é o caso dos licenciandos desta IES.

## **Metodologia**

O estudo segue os princípios quali-quantitativo, onde de acordo com Minayo (2013, p. 22), “[...] os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.

Para a realização desta pesquisa nos debruçamos em alguns autores como: Libâneo (2012); Martins (1987); Mazzotta (2005); Mendes (2010); Sampaio E Sampaio (2009), entre outros que contribuíram com estudos na temática. A pesquisa foi realizada com estudantes dos cursos de

licenciatura da Universidade Regional do Cariri (URCA), totalizando sete cursos, sendo: pedagogia, história, biologia, educação física, geografia, ciências sociais e letras. Escolhemos 10 alunos de cada curso mencionado para realização de entrevistas, no período do mês de agosto de 2016.

Para realizarmos a recolha dos dados da pesquisa nos utilizamos de um questionário o qual procuramos torná-lo o mais objetivo possível, segundo a finalidade da nossa pesquisa. Objetivando tornar os dados mais fáceis de codificar e tabular, elaboramos um questionário padrão, contendo dados como: Perfil do Entrevistado; Conhecimento sobre Inclusão e Conhecimentos sobre o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Regional do Cariri – URCA. Segundo Pádua (2004, p. 72), “Deve-se ter cuidado de limitar o questionário em sua extensão e finalidade [...] é importante determinar quais são as questões mais relevantes a serem propostas, relacionando cada item à pesquisa que está sendo feita e à hipótese que se quer demonstrar/provar/verificar.”

## **Resultados e Discussões**

Segundo a civilização grega, a pessoa com deficiência não correspondia ao ideal de “homem perfeito”, quando deveriam ser normais no corpo e na mente, modelo amplamente aceito e difundido na literatura filosófica antiga. As pessoas que não correspondiam ao “padrão ideal” eram eliminadas ou expostas à própria sorte, vítimas de torturas, queimadas, pois teriam parte com o demônio ou responsabilizados por um justo castigo de Deus pelos seus pecados ou de seus ascendentes. No passado, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiência fossem marginalizadas, ignoradas.

Foi na Europa, no século XVIII, que surgiram isoladamente, as primeiras experiências positivas com pessoas deficientes, especialmente nas áreas médica e educacional. Expandindo-se, para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive para o Brasil, e no final do século XIX, surgem movimentos para a inclusão educacional de deficientes, marco histórico da educação especial.

Os fundamentos da educação especial tiveram início a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) e, mais tarde, se consolida na Declaração Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990), desta declaração surgiu a Declaração de Salamanca (1994). Esta declaração exerceu grande repercussão no debate sobre a Educação Especial no Brasil e no mundo, e tem como princípio fundamental



“todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem.”

A Constituição Federal de 1988 consolida a especificidade da educação especial e a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas de deficiência física, sensorial ou mental. A LDB/1996 estabelece a oferta de educação especial como dever do Estado, dispondo um capítulo específico para regulamentar os artigos previstos na Constituição Federal de 1988.

Em 2001, o governo institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e destaca que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi aprovada em 2008, em documento oficial e com emenda constitucional. O documento conceitua sobre seus destinatários: “as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Muitos países caminham na construção de uma sociedade inclusiva, e já adotaram estas políticas em suas escolas. Embora o Brasil mostre sinais desse processo, de maneira geral as escolas conhecem as leis e as políticas de inclusão, mas faz-se necessária a construção de uma visão efetivamente inclusiva. Quanto à educação inclusiva, Sampaio e Sampaio (2009), explicam essa assertiva:

[...] ao longo dos anos 90 e até os dias de hoje, a educação inclusiva vem firmando-se no plano internacional e na legislação brasileira como uma conquista dos direitos humanos. Trata-se de uma concepção político-pedagógica que desloca a centralidade do processo para a escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos, produzindo uma inversão de perspectivas no sentido de transformar o espaço educacional para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais.

Seja em qualquer modalidade de ensino, a inclusão hoje é um desafio, sobretudo quando se evidencia a fragilidade que ainda perdura quanto ao entendimento do processo inclusivo, e, os critérios de acessibilidade dos educandos com necessidades educacionais especiais. Muitas instituições educacionais e os próprios educadores acreditam que a construção de um espaço inclusivo deve ser um processo diário e contínuo. Entendemos que este não deve contemplar apenas a questão infra estrutural, o currículo, a formação de professores, mas, rever constantemente as políticas públicas de inclusão e buscar resoluções de problemas, repensando estratégias para incluir e respeitar as especificidades de cada aluno.



Outra perspectiva, igualmente importante para a nossa pesquisa é compreender o que dizem as orientações para implementação das políticas públicas em educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O programa INCLUIR, criado em 2005, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, traz orientações de maneira a garantir o acesso e participação de pessoas com deficiências. Corroborando Brasil (2015, p. 11) quando define que o programa:

[...] objetiva promover a acessibilidade nas instituições públicas de educação superior, garantindo condições de acesso e participação às pessoas com deficiência. O Programa apóia projetos apresentados pelas IES, para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos disponibilizados pelas instituições.

Concomitantemente, verifica-se a necessidade dos alunos, principalmente dos cursos de licenciatura o conhecimento de disciplinas voltadas para uma reflexão de prática docente inclusiva bem como dos projetos de acessibilidade que são desenvolvidos pelas suas IES, que possam ser trabalhados de maneira interdisciplinar, despertando o interesse dos discentes sobre a importância da acessibilidade em todos os níveis de ensino. Ressaltamos a importância dos conhecimentos básicos sobre a temática para os futuros profissionais da área da educação, possibilitando saberes, e viabilizando uma educação mais igualitária, formando profissionais mais qualificados, completos, sem a sensação de

Em 7 de março de 2015 foi criado o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Regional do Cariri (NUARC), que objetiva viabilizar ações que promovam o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, através de ações docentes e discentes, capacitações ao corpo técnico-administrativo, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e acompanhar o desenvolvimento dos discentes com alguma deficiência da universidade. O Núcleo trabalha sobre três princípios norteadores: promover a informação da importância da inclusão, a sensibilização dos docentes e discentes sobre a temática e a ressignificação no tocante a quebra de paradigmas e conceitos propiciando um ambiente inclusivo dentro da universidade. Portanto, nossa vivência no Núcleo nos chama a uma reflexão. E refletindo, pudemos observar se os projetos do núcleo contemplam à toda comunidade acadêmica; entre bolsistas com e sem deficiência, atendendo uma demanda de pessoas com deficiência visual, intelectual, e oferecendo suporte aos estudantes interessados nas temáticas e discutindo através do grupo de estudo do Núcleo, além de desenvolver diversos projetos, tais como: “Empresta sua voz?”, “Acessibilidade na Urca”, “Projeto de extensão

a inclusão de plantas medicinais”, “Projeto contando histórias surdas”, “Psicologia e Psicanálise: acessibilidade e inclusão”, entre outros.

Portanto, em relação ao papel que a universidade tem na formação dos estudantes de licenciaturas a respeito da temática demonstra, antes de tudo, sua preocupação em ressaltar a importância da inclusão como também a implementação das políticas públicas de inclusão dentro da própria universidade. A esse respeito confirmam Tavares e Nunes (2014, p. 161-162) que,

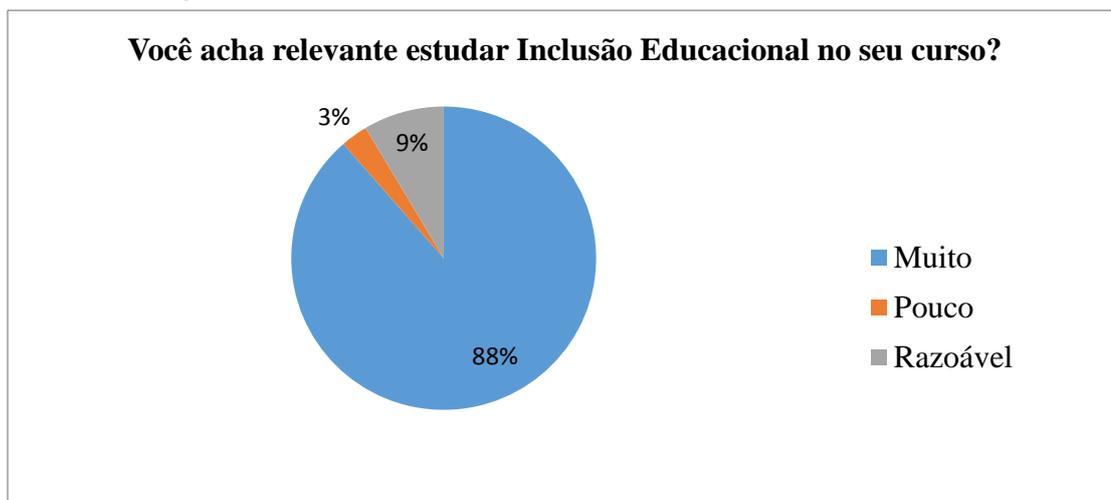
Na prática cotidiana, a presença de alunos que possuem deficiência em uma instituição de ensino requer diversas reformulações, a fim de possibilitar sua permanência de maneira bem sucedida, abrangendo o acesso ao material didático utilizado pelo professor, o próprio acompanhamento das aulas, a realização de provas, dependendo da deficiência a interpretação de materiais, utilização do espaço das aulas e laboratórios, ações para a socialização, a locomoção. Ações com vistas a eliminar barreiras atitudinais também são necessárias: a sensibilização dos demais discentes e da comunidade acadêmica para o convívio com o diferente e a necessidade de capacitação dos docentes para ofertar o apoio necessário a esses alunos.

Após as reflexões acima, iremos apresentar dados sobre nossos resultados de pesquisa. Procuramos pesquisar sobre algumas questões relevantes para aquisição do conhecimento relacionado a estudos na Educação Especial e conhecimento sobre o Núcleo de Acessibilidade por parte dos estudantes de licenciaturas de cursos de licenciatura da Universidade Regional do Cariri (URCA), totalizando sete cursos, sendo: pedagogia, história, biologia, educação física, geografia, ciências sociais e letras. As respostas foram dadas por 10 alunos de cada licenciatura.

Inicialmente questionamos sobre se os alunos consideravam interessante estudar sobre inclusão de pessoas com deficiências nos respectivos cursos de licenciatura. A maioria dos entrevistados considera essa discussão inclusiva pertinente para seus cursos de licenciatura como demonstra gráfico a seguir.



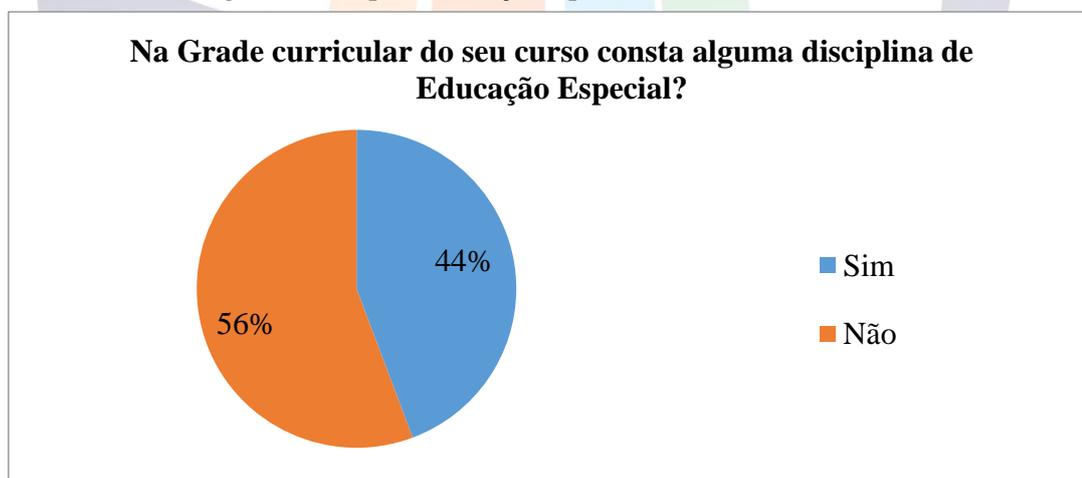
**Figura 1: Estudo sobre inclusão nos cursos de licenciatura**



**Adaptação gráfico figura 01: Maria José Chaves**

Outro fator relevante em nossa pesquisa foi conhecermos através dos entrevistados, que em suas respectivas grades curriculares se existia alguma disciplina relacionada a educação especial. Vale ressaltar que na Universidade identificamos disciplinas envolvendo educação especial, sistema de leitura e escrita em Braille e Língua Brasileira de Sinais.

**Figura 2: Disciplina educação especial nos cursos de licenciatura**

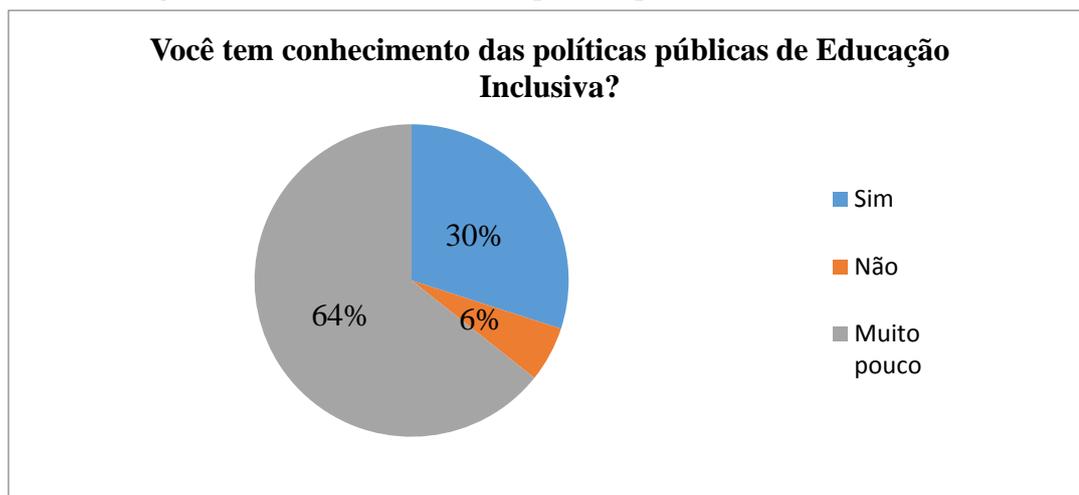


**Adaptação gráfico figura 02: Maria José Chaves**

Após discutirmos políticas públicas e reconhecermos sua relevante contribuição nesse processo inclusivo, pesquisamos entre os entrevistados se os mesmos tinham conhecimento a respeito dessas políticas públicas inclusivas.



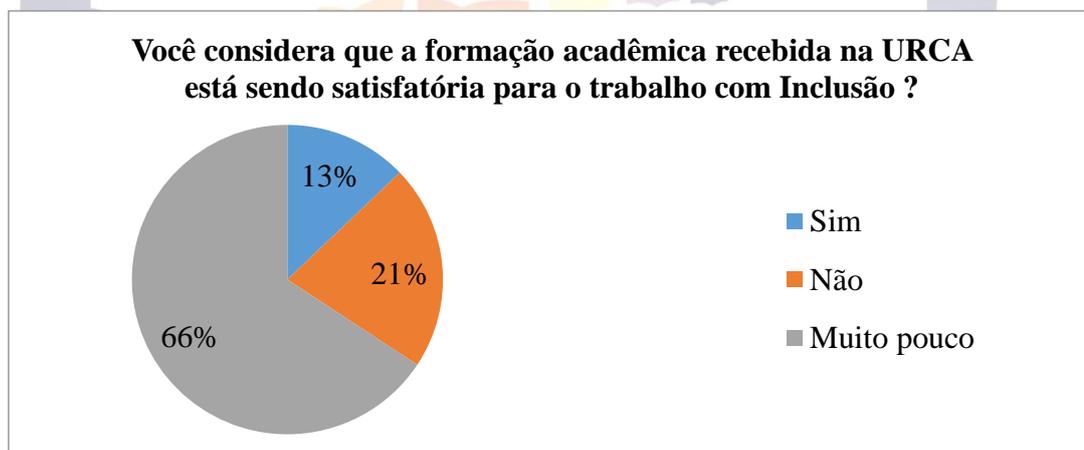
**Figura 3: Conhecimento acerca de políticas públicas inclusivas**



**Adaptação gráfico figura 03: Maria José Chaves**

Outro fator que observamos uma discussão presente nas Universidade, está relacionado a se essas disciplinas estão sendo satisfatórias para formação de futuros professores, que poderão estar atuando com pessoas com deficiência.

**Figura 4: Formação acadêmica na URCA sobre inclusão**

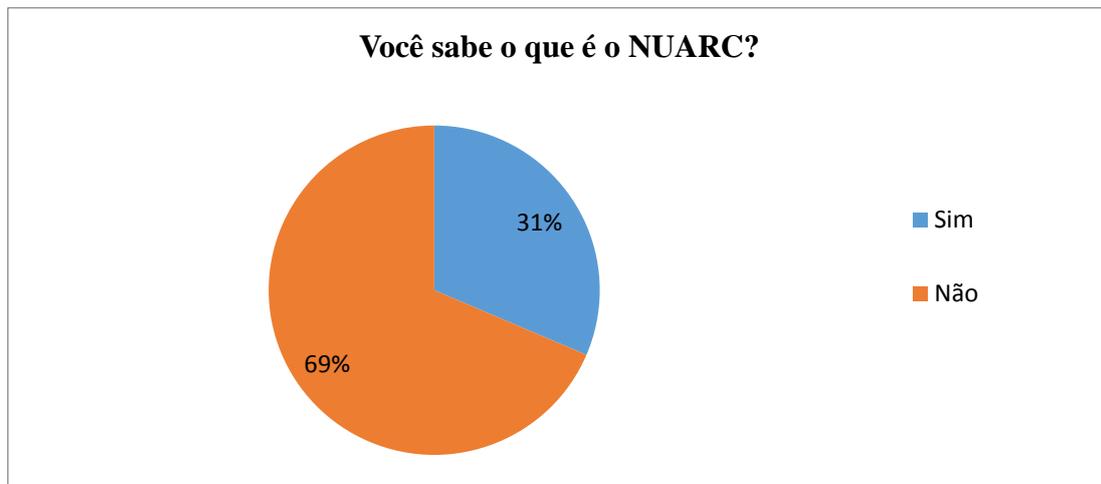


**Adaptação gráfico figura 04: Maria José Chaves**

Após vivenciarmos experiências significativas no Núcleo de acessibilidade, gostaríamos de saber se entre as pessoas entrevistadas quantas conheciam, realizaram uma visita ou mesmo gostariam de participar de alguma atividade realizada no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Regional do Cariri (NUARC). Assim, segue apresentação dos três gráficos com respectivas respostas.

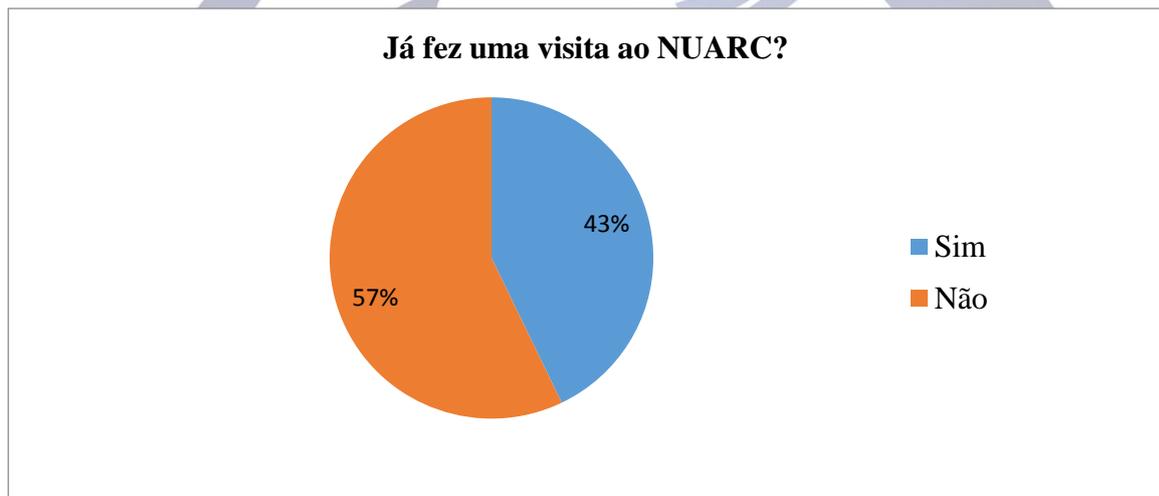


**Figura 5: Conhecimento sobre NUARC**



**Adaptação gráfico figura 05: Maria José Chaves**

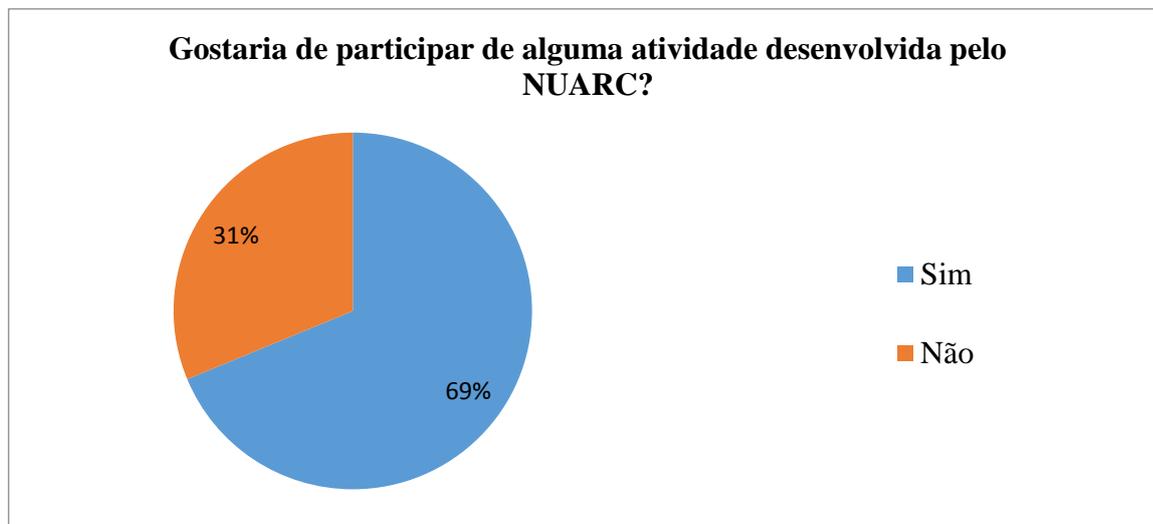
**Figura 6:**



**Adaptação gráfico figura 06: Maria José Chaves**



Figura 7: Participação estudantes NUARC



Adaptação gráfico figura 07: Maria José Chaves

## Conclusão

A ideia de inclusão propõe reestruturação, mudanças, sobretudo, um espaço de fato democrático capaz de incluir a todos sem distinção de raça, classe, gênero, caracteres pessoais como as limitações físicas, motoras, visuais e mentais. A ideia de inclusão contempla o respeito às singularidades das pessoas e a re-humanização é fundamental para a efetiva inclusão; é um direito e um dever do educador, das instituições, da sociedade. A inclusão vai além de práticas pedagógicas e de ensinar, mas dar possibilidades ao aluno com necessidades educacionais especiais de compartilhar do convívio com seus semelhantes. Fazer inclusão é promover o acesso irrestrito desse aluno seja sua deficiência, física ou mental; suas limitações e inabilidades. As patologias não podem ser barreiras, ao contrário, elas podem aproximar os semelhantes. Para que esse aluno tenha o seu direito assegurado, faz-se necessário a construção de uma sociedade que o acolha.

As respostas foram sistematizadas em gráficos onde optamos por trazemos os dados predominantes. A pesquisa revelou que mais de 88% dos alunos consideram relevantes estudar inclusão em seus cursos. Dos entrevistados, 56% disseram que não existem disciplinas de educação especial na grade curricular de seus cursos. Outros 64% desconhecem políticas públicas de educação inclusiva. Sobre a formação acadêmica, 66% consideram que é pouco satisfatória para o trabalho com inclusão. Quando perguntado se já conheciam o Núcleo de Acessibilidade da URCA,

31% dos entrevistados disseram que sim contra 69% deles; 74% dos entrevistados já visitaram o NUARC, contudo 26% nunca visitaram o Núcleo. Faz-se necessário ressaltar que dos 31% dos entrevistados que disseram já conhecer o NUARC, 74% destes já visitaram o NUARC e 69% gostariam de participar de atividades desenvolvidas pelo Núcleo. As duas últimas perguntas só foram respondidas pelos entrevistados que já possuíam conhecimento sobre o Núcleo de Acessibilidade da URCA.

Nosso estudo teve como proposta inicial discutir a falta de compreensão de alguns estudantes das licenciaturas da URCA sobre inclusão. Tomamos como pressuposto a perspectiva que aborda questões fundamentais como o papel que a universidade tem na formação dos estudantes de licenciaturas e demais cursos a respeito da temática. Os resultados demonstraram que a inclusão é na atualidade um tema de fundamental importância e, nesta ótica, o estudo possibilitou aos estudantes perceber que um grande diferencial foi a percepção dos mesmos em relação à falta de disciplinas com ênfase em Educação Especial nas grades curriculares da maioria das licenciaturas. Nesse sentido, podemos afirmar que o papel da Universidade Regional do Cariri – URCA, a partir da implementação do seu Núcleo de Acessibilidade deve fazer valer o direito dos alunos egressos nesta IES, promovendo assim uma verdadeira inclusão através das políticas públicas e de ações inclusivas.

Por fim, nosso objetivo foi contribuir nesta luta que não é nossa, mas é de todos que reconhecem que muito ainda há por se fazer para uma efetiva inclusão, seja no âmbito do ensino básico, seja na academia.

## Referências

BRASIL, (2013). Documento orientador programa incluir-acessibilidade na educação superior SECADI/SESu - 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16/maio/2016.

BRASIL, (1994). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 16/abril/2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo. A diferença/deficiência sob uma ótica histórica. **Revista Educação em Questão**, v.8/9 n. 2/1, p. 126-141, (jul/dez, 1998 – jan/jun, 1999), Natal: EDUFRN, 1987.



MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Gonçalves Enicéia. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación**, vol. 22, nº 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: < <http://pt.scribd.com> >. Acesso em 14/maio/2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 17 ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida – Sciello Livros**. Disponível em: < <http://books.scielo.org> >. Acesso em 14/maio/2016.

TAVARES, Rosana Elizete; NUNES, Sylvia da Silveira. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Um estudo de caso**. Salvador BA: UCSAL, 8 a 10 de outubro de 2014, ISSN 2316-266x, n.3, v. 1, p. 158-170158. Disponível em: <<http://aninter.com.br>>. Acesso em: 16/maio/2016.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca**. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org> >. Acesso em 14/maio/2016.



